

Capital S/A

SAMANTA SALLUM
santasallum.df@cnet.com.br



“A vida não tem sinopse,
mas temos um plano para cada dia”
“Sentir é a maneira mais eficiente de pensar”
Manoel Carlos



Assista à
playlist da
Capital S/A
no Youtube

GDF sinaliza socorro financeiro ao BRB

Em meio às apurações de possível prejuízo em consequência de operações com o Banco Master, o BRB informou à *Capital S/A* que “tem pronto um plano de capital”. E que, entre as opções, prevê aporte direto de recursos do controlador da instituição, no caso, o Governo do Distrito Federal. O BRB informou que o Palácio do Buriti já “sinalizou com essa possibilidade”. O Banco de Brasília acrescentou que há outros instrumentos também que possibilitem a recomposição do capital do banco.

Auditoria independente

Possíveis prejuízos em função da compra de carteiras do Banco Master ainda estão em apuração pelo Banco Central e pela auditoria independente da Machado e Meyer com suporte técnico da Kroll. Mas o BRB reforça que “permanece sólido, operando normalmente e assegurando todos os serviços financeiros, incluindo crédito, investimentos e atendimento em canais digitais e presenciais”.

Patrimônio Líquido (PL) do BRB

R\$ 4,5 BILHÕES

Patrimônio de referência (PR)

R\$ 6,5 BILHÕES

Credor do Master

O BRB destacou, ainda, que é credor na liquidação extrajudicial do Banco Master e que aprimorou controles internos, mantendo suas carteiras dentro dos padrões exigidos pelos órgãos reguladores e de controle.

Polêmica sobre orçamento

A informação de que o GDF sinalizou possível aporte financeiro no BRB vem dias depois de o governador do DF, Ibaneis Rocha, ter declarado que o governo local enfrenta dificuldade de caixa por queda na expectativa de arrecadação tributária. A declaração gerou polêmica com o sindicato dos auditores fiscais do DF, que apresentou um balanço de 2025 apontando aumento de arrecadação.

Luziânia terá base aérea policial

Durante a entrega de quatro novos helicópteros para as forças de segurança, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, anunciou a criação de duas novas bases aéreas policiais no estado, sendo uma no Entorno do Distrito Federal e outra na região Sudoeste. “Luziânia será a base no Entorno, e a outra será em Rio Verde. Depois, vamos fazer na região Norte e ir ampliando, com o Daniel Vilela, pelo Estado todo, para agilizar as ações no combate à criminalidade”, explicou.

Secom Goiás/Divulgação



Apoio psicológico para concurseiros

A pressão para passar no vestibular, conquistar boas notas ou garantir aprovação em concursos tem impactado diretamente a saúde mental de jovens e adultos. Para oferecer apoio a quem enfrenta ansiedade, estresse e autocobrança excessiva, o Sesc-DF lançou o projeto “Estudamente” (trocadilho com estudante + mente), um grupo terapêutico voltado a atender estudantes de 15 a 45 anos, na unidade Sesc da 504 Sul.

Sesc DF/Divulgação



Estratégia de aprovação

“Nosso objetivo é mostrar que estudar não deveria adoecer e que cuidar da mente também é uma estratégia de aprovação. Disciplina sem autocuidado vira sofrimento”, afirma Raianny Albuquerque, psicóloga e idealizadora do projeto ao lado da também psicóloga Lilian Moreira. As inscrições para 2026 do “Estudamente” vão estar disponíveis até 20 de fevereiro. Mais informações no site do Sesc-DF.

EU, ESTUDANTE Ação começou ontem e segue até sexta-feira para verificar eventuais abusos em listas de material escolar. Pedidos não podem incluir itens de uso coletivo nem determinar marcas e lojas ou estabelecimentos

Procon fiscaliza escolas particulares

» LARA COSTA

O Instituto de Defesa do Consumidor do Distrito Federal (Procon-DF) faz, nesta semana, uma ação de fiscalização em escolas particulares do Distrito Federal. O objetivo é verificar se as listas de material escolar estão em conformidade com a Lei Distrital nº 4.311/2009, que estabelece quais itens podem ou não ser exigidos pelas instituições de ensino.

De acordo com a norma, as escolas devem disponibilizar a lista de materiais acompanhada do plano de execução, documento que detalha a forma de utilização dos itens ao longo do período letivo e permite a entrega fracionada. As listas não podem conter indicação de marcas, modelos ou estabelecimentos comerciais específicos, nem incluir materiais de uso coletivo — sendo permitida apenas a solicitação de itens de uso individual do aluno no processo de aprendizagem.

Outro ponto é a proibição da exigência de compra de materiais na própria escola. A única exceção é o uniforme escolar, quando a instituição possui marca registrada. Segundo o Procon-DF, unidades de ensino que descumprirem as regras ou não apresentarem o plano de execução podem ser autuadas e multadas. “As escolas que apresentarem pedidos de itens de material em desacordo com a legislação ou não fornecerem um plano de execução que esclareça a utilidade dos materiais serão autuadas e podem ser multadas pelo órgão de defesa”, explicou o Procon.

O diretor de fiscalização do Procon-DF, Rafael Oliveira, acrescenta que o rol de itens deveria ser entregue no momento da matrícula, o que nem sempre acontece.

Ed Alves/CB/DA Press



Ana Clara comprou metade dos materiais pela internet

“Por isso, refazemos a operação neste período de janeiro. O plano de execução é um anexo obrigatório que determina como o material será utilizado, qual o planejamento pedagógico e a periodicidade — seja bimestral, trimestral ou semestral”, afirmou.

Apoio aos pais

A administradora Viviane Carmo, de 48 anos, tem duas filhas em idade escolar — Maria Luísa, 14, e Maria Eduarda, 12. Para ela, o processo de compra do material exige pesquisa de preços. “Hoje, o material escolar está mais caro em comparação ao ano passado. O que mais pesa são os livros, que geralmente são caros”, avalia.

Por isso, a administradora opta por alternativas. “Vamos administrando: ou compramos livros usados ou adquirimos exemplares em bom estado de colegas de séries posteriores”, relata.

Ana Clara Martins, 22, estudante, é a responsável por comprar os materiais para o irmão Luca, 9. A jovem concorda que é preciso garimpar os menores preços, mas não enfrenta pedidos abusivos por parte da escola. “A gente vai tanto à loja física quanto pesquisa na internet. Os preços variam muito, e metade dos materiais eu comprei on-line”, conta.

Para ambas, a fiscalização é fundamental para evitar abusos. “Não é o meu caso, mas algumas escolas ainda solicitam materiais desnecessários ou fora da lista permitida. A medida é

Ed Alves/CB/DA Press



Viviane conta que, no passado, encontrou abusos na lista de materiais

excelente, porque, além da mensalidade, muitas vezes os pais ainda precisam arcar com custos que vão além do razoável”, afirma Ana Clara.

Viviane também destaca a importância da ação para apoiar pais e responsáveis. “No início da vida escolar das minhas filhas, recebi listas com pedidos abusivos, como papel higiênico e outros itens de uso coletivo. Essa fiscalização fortalece os consumidores e evita a compra de materiais que deveriam ser responsabilidade da escola”, conclui.

Transparência

Vitor Guglinski, professor e diretor de Comunicação do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (Brasilcon), reitera

que a unidade de ensino pode pedir apenas materiais de uso individual, necessários à atividade pedagógica (**veja quadro**).

O especialista também destaca que a unidade de ensino não pode repassar aos pais custos que são próprios de sua atividade econômica, como materiais de uso coletivo ou de manutenção da instituição. “Essa prática é considerada abusiva, nos termos do artigo 39, inciso V, do Código de Defesa do Consumidor (CDC), que proíbe a exigência de vantagem manifestamente excessiva do consumidor”, explica.

Para ele, a fiscalização do Procon é essencial no sentido de garantir o equilíbrio da relação de consumo entre escolas e famílias, prevenindo abusos. “Na prática, essa fiscalização

O que é permitido

- » A escola pode exigir somente itens de uso individual: cadernos, lápis, canetas, livros didáticos e outros materiais que serão utilizados exclusivamente pelo estudante ao longo do ano letivo.
- » A unidade de ensino não pode repassar aos pais custos que são próprios de sua atividade econômica, como materiais de uso coletivo ou de manutenção da instituição: papel higiênico, produtos de limpeza, álcool, copos descartáveis, toner e itens de secretaria, entre outros.
- » Também é ilegal a imposição de marcas específicas ou a obrigatoriedade de compra em determinado estabelecimento, salvo quando houver justificativa pedagógica devidamente fundamentada. Exigências desse tipo podem configurar a chamada venda casada, prática vedada pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Fonte: Vitor Guglinski, advogado, professor e diretor de Comunicação do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (Brasilcon)

tem gerado mudanças concretas nas listas de material, com exclusão de itens indevidos, maior transparência e respeito à legislação. Como consequência, há, sim, um impacto positivo no bolso dos pais, pois evita-se a cobrança indireta de itens que já deveriam estar incluídos na mensalidade escolar”, avalia, completando que a atuação do órgão estimula as instituições de ensino a adotarem boas práticas.